

Ações de comunicação para a convivência com o Semiárido brasileiro



ISSN 2175-5566

Junho, 2017

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Informação Tecnológica
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Documentos 2

Ações de comunicação para a convivência com o Semiárido brasileiro

Selma Lúcia Lira Beltrão

Maria Clara Guaraldo Notaroberto

Antônio Luiz Oliveira Heberlê

Daniela Bento Alexandre

Fernanda Cruz de Oliveira Falcão

Simone Lopes de Almeida

José Moisés de Oliveira Silva

Fernando Fleury Curado

Ricardo Moura Braga Cavalcante

Embrapa

Brasília, DF

2017

Exemplares desta publicação podem ser adquiridos na:

Embrapa Informação Tecnológica

Parque Estação Biológica (PqEB),
Av. W3 Norte (final)
CEP 70770-901 Brasília, DF
Fone: (61) 3448-4236
Fax: (61) 3448-2494
www.embrapa.br
www.embrapa.br/fale-conosco/sac

**Unidade responsável
pelo conteúdo e pela edição**

Embrapa Informação Tecnológica

Comitê de Publicações da Embrapa Sede

Presidente: *Renata Bueno Miranda*

Secretária-executiva: *Jeane de Oliveira Dantas*

Membros: *Alba Chiese da Silva, Assunta
Helena Sicoli, Ivan Sergio Freire de Sousa,
Eliane Gonçalves Gomes, Cecília do Prado
Pagotto, Claudete Teixeira Moreira, Marita
Féres Cardillo, Roseane Pereira Vilela,
Wyviane Carlos Lima Vidal*

Coordenação editorial
*Selma Lúcia Lira Beltrão
Lucilene Maria de Andrade
Nilda Maria da Cunha Sette*

Supervisão editorial
Juliana Meireles Fortaleza

Revisão de texto
Corina Barra Soares

Normalização bibliográfica
Iara Del Fiaco Rocha

Editoração eletrônica e capa
Leandro Sousa Fazio

Fotos da capa
*José Roque de Jesus
Sandreana de Melo Silva
Adilson Nóbrega
Domênica Rodrigues
Fernando Fleury Curado*

1ª edição

1ª impressão (2017): 200 exemplares

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte,
constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Embrapa Informação Tecnológica

Ações de comunicação para a convivência com o Semiárido brasileiro / Selma Lúcia Lira
Beltrão ... [et al.]. – Brasília, DF : Embrapa, 2017.

62 p. : il. color. ; 14,8 cm × 21 cm. – (Documentos / Embrapa Informação Tecnológica,
ISSN 2175-5566 ; 2).

1. Comunicação rural. 2. Desenvolvimento comunitário. 3. Capacitação. I. Beltrão,
Selma Lúcia Lira. II. Notaroberto, Maria Clara Guaraldo. III. Heberlé, Antônio Luiz Oliveira.
IV. Alexandre, Daniela Bento. V. Falcão, Fernanda Cruz de Oliveira. VI. Almeida, Simone
Lopes de. VII. Silva, José Moisés de Oliveira. VIII. Curado, Fernando Fleury. IX. Cavalcante,
Ricardo Moura Braga. X. Embrapa Informação Tecnológica. XI. Série.

CDD 307.72

© Embrapa, 2017

Autores

Selma Lúcia Lira Beltrão

Jornalista, mestre em Desenvolvimento Sustentável, analista da Embrapa Informação Tecnológica, Brasília, DF

Maria Clara Guaraldo Notaroberto

Jornalista, analista da Embrapa Informação Tecnológica, Brasília, DF

Antônio Luiz Oliveira Heberlê

Bacharel em Comunicação Social, doutor em Ciências da Comunicação, pesquisador da Embrapa Informação Tecnológica, Brasília, DF

Daniela Bento Alexandre

Licenciada em História, comunicadora popular da Rede de Comunicadores da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), Simão Dias, SE

Fernanda Cruz de Oliveira Falcão

Jornalista, coordenadora de Comunicação da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), Recife, PE

Simone Lopes de Almeida

Licenciada em História, mestre em História Cultural, assessora pedagógica do Coletivo Macambira, Palmeira dos Índios, AL

José Moisés de Oliveira Silva

Cientista social, mestrando em Antropologia Social pela Universidade Federal de Alagoas e assessor pedagógico do Coletivo Macambira, Palmeira dos Índios, AL

Fernando Fleury Curado

Engenheiro-agrônomo, doutor em Desenvolvimento Sustentável, pesquisador da Embrapa Tabuleiros Costeiros, Aracaju, SE

Ricardo Moura Braga Cavalcante

Jornalista, analista da Embrapa Agroindústria Tropical, Fortaleza, CE

Agradecimentos

A todos os membros do projeto Ações de Capacitação e de Divulgação de Informações Tecnológicas para Apoio à Inclusão Produtiva Rural, do Plano Brasil Sem Miséria (Acar): Adilson Nóbrega e Marcelo Araújo (Embrapa Caprinos e Ovinos), Edson Diogo, José Roque de Jesus, Tereza Cristina de Oliveira e Sayonara Marinho (Embrapa Tabuleiros Costeiros), Ênio Girão (Embrapa Agroindústria Tropical), Fredson Ferreira Chaves e Marina Torres (Embrapa Milho e Sorgo), Juliana Andrea Batista Oliveira e Nilo Barreto Falcão Filho (Embrapa Informação Tecnológica).

E às instituições que, nessa experiência, foram nossas parceiras: Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), Associação dos Agricultores Alternativos (Aagra-AL), Centro Dom José Brandão de Castro (CDJBC-SE), Sociedade de Apoio Sócio Ambientalista e Cultural (Sasac-SE) e Associação Mãos no Arado de Sergipe (Amase-SE).

Apresentação

Este trabalho teve como objetivo compartilhar o método e divulgar os principais resultados da Experiência de Capacitação em Comunicação para a Convivência com o Semiárido Brasileiro, experiência essa inserida no projeto Ações de Capacitação e de Divulgação de Informações Tecnológicas para Apoio à Inclusão Produtiva Rural, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria (Acar). O projeto foi executado pela Embrapa Informação Tecnológica, dentro do Sistema de Gestão da Programação da Embrapa, no âmbito do Macroprograma 4, e atuou nos territórios da cidadania, onde a Empresa tem desenvolvido outros projetos territoriais e transversais, em apoio às ações de inclusão produtiva rural, no contexto do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM).

Com essa experiência pretendeu-se identificar demandas, promover o intercâmbio de conhecimentos, a participação e a reflexão de agricultores e agricultoras, radialistas, agentes de assistência técnica e extensão rural (Ater) e da pesquisa nos processos de comunicação local, bem como fortalecer as ações de comunicação nos territórios entre o público do PBSM, por meio da atuação desses atores locais e dos movimentos sociais, como protagonistas que são desse processo. O envolvimento das redes sociais em prática nos territórios foi uma das estratégias utilizadas para a sua consecução.

O projeto, que começou em 2014, dedicou-se, num primeiro módulo, à capacitação de radialistas para a consolidação das ações estratégicas de comunicação da Embrapa no PBSM e à identificação de perfis dos participantes para os módulos subsequentes de comunicação comunitária. Em 2015, a experiência ampliou-se, tendo inserido inovações nos aspectos institucional, social e de processo, com destaque para a parceria com movimentos sociais locais que exibiam um longo histórico de atuação em comunicação comunitária e em ações de convivência com o Semiárido, a exemplo da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA). Essas parcerias agregaram uma nova perspectiva à proposta metodológica e às oficinas de comunicação comunitária, por meio de práticas e técnicas de educomunicação, de fotografia – a partir da antropologia visual – e da compreensão sobre o papel da comunicação para a convivência com o Semiárido. Essas ações se fortaleceram em 2016, com a realização do segundo módulo da Oficina de Comunicação Comunitária, realizada nos territórios Agreste Alagoano, AL, e Alto Sertão Sergipano, SE.

Almejamos que esta experiência sirva de motivação para novos projetos, arranjos e articulações entre pesquisa, assistência técnica e extensão rural (Ater) e agricultores em outras regiões do País, no campo de atuação territorial. E contamos que o método em uso seja aperfeiçoado por meio de novos enfoques e experiências, que resultem em maior dialogicidade e no intercâmbio de conhecimentos entre os atores envolvidos na prática da comunicação comunitária.

Selma Lúcia Lira Beltrão

Gerente-Geral da Embrapa Informação Tecnológica

Sumário

Introdução	11
A Embrapa no Plano Brasil Sem Miséria	15
O processo de comunicação para o Semiárido brasileiro	21
Pressupostos da comunicação para a convivência com o Semiárido	24
Bases sobre comunicação para o desenvolvimento	29
Procedimentos metodológicos das oficinas de capacitação	33
Resultados da experiência	45
Considerações finais	59
Referências	61

Ações de comunicação para a convivência com o Semiárido brasileiro

Selma Lúcia Lira Beltrão
Maria Clara Guaraldo Notaroberto
Antônio Luiz Oliveira Heberlê
Daniela Bento Alexandre
Fernanda Cruz de Oliveira Falcão
Simone Lopes de Almeida
José Moisés de Oliveira Silva
Fernando Fleury Curado
Ricardo Moura Braga Cavalcante

Introdução

Em julho de 2014, a Embrapa Informação Tecnológica aprovou, em aderência ao Sistema de Gestão da Programação da Embrapa, no âmbito do Macroprograma 4¹, o projeto Ações de Capacitação e de Divulgação de Informações Tecnológicas para Apoio à Inclusão Produtiva Rural, no Plano Brasil Sem Miséria (Acar). Esse projeto tem como objetivos disseminar informações tecnológicas que dialoguem com os projetos produtivos locais e capacitar mediadores, para socializar práticas agrícolas sustentáveis, e lideranças comunitárias, para exercer o protagonismo comunicativo, de forma a contribuir com uma nova perspectiva de desenvolvimento rural nos municípios de territórios priorizados pelo Plano Brasil Sem Miséria (PBSM).

¹ O Macroprograma 4 é uma carteira de projetos de transferência de tecnologia e de comunicação, para desenvolver a integração entre a atividade de P&D e o mercado, e para aprimorar o relacionamento da Embrapa com seus públicos de interesse e com a sociedade.

Foi com o projeto Acar que se iniciou uma experiência de comunicação comunitária com vista a fortalecer as ações de convivência com o Semiárido e de inclusão produtiva rural em territórios da cidadania² da região do Semiárido brasileiro, em apoio aos projetos territoriais e transversais da Embrapa no Plano Brasil Sem Miséria.

A metodologia adotada no projeto Acar baseou-se em experiência anterior, iniciada também em 2014, pelo projeto Inovações em Unidades de Produção Familiar: Alternativas para Inserção Socioeconômica de Famílias do Território do Alto Oeste Potiguar, RN. Esse projeto, de responsabilidade da Embrapa Agroindústria Tropical, foi executado em unidades de produção familiar inseridas no PBSM. Um dos planos de ação do projeto trabalhou o protagonismo dos jovens do campo, lideranças territoriais e técnicos da extensão rural no fluxo comunicacional com a comunidade local.

A experiência no Alto Oeste Potiguar, RN, surgiu como uma forma de dar maior visibilidade às ações executadas pelo Plano Brasil Sem Miséria no território, bem como de aprimorar o “fazer comunicacional” na região, adotando, para esse fim, a comunicação como ferramenta de desenvolvimento local. Outro fator que contribuiu para o surgimento dessa experiência foi a percepção, por parte das lideranças territoriais, de que havia, nos meios de comunicação, tanto os regionais quanto os locais, um déficit de informações sobre o território, especialmente relativas às experiências bem-sucedidas de inclusão socioprodutiva e aos aspectos positivos do cotidiano local. Com base nessa realidade e para suprir essa lacuna, foi proposta a construção de uma agência de comunicação voltada ao Território Alto Oeste Potiguar. Essa agência funcionaria por meio de comunicadores locais.

O primeiro passo para a construção dessa agência foi selecionar pessoas e organizações que tivessem interesse em participar da iniciativa como comunicadores locais. Entre os selecionados – homens e mulheres –

² O governo federal lançou, em 2008, o Programa Territórios da Cidadania, cujos objetivos são promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania, por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br>>.

estavam radialistas comunitários, blogueiros, agricultores e líderes comunitários, que participaram de duas oficinas. O mote da primeira oficina foi a comunicação para o desenvolvimento como meio de promover o protagonismo dos participantes no processo de comunicação do território. Posteriormente, foi realizada outra oficina, que partilhou instruções especializadas sobre o universo do audiovisual (rádio e TV). De posse desses novos conhecimentos, os participantes desinibiram-se, perdendo o temor de comunicarem-se via áudio e imagem. Como resultado das duas oficinas, os participantes produziram várias matérias jornalísticas, por meio de vídeos, notícias, postagens em blogs e redes sociais, atuando como mediadores entre as ações do projeto e o público-alvo do PBSM, que são os agentes de assistência técnica e extensão rural (Ater) e as famílias de agricultores dos territórios da cidadania.

O sucesso desse empreendimento estimulou a Embrapa a estender a experiência a outros projetos territoriais da Empresa, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, e a integrar mais atores nesse processo, o que se deu com a aprovação do projeto Acar, conduzido pela Embrapa Informação Tecnológica desde 2014. O projeto Acar, além de incorporar as experiências de comunicação iniciadas no Alto Oeste Potiguar, acrescentou novas técnicas de comunicação à metodologia usada até então.

Os territórios selecionados pelo projeto Acar para a realização das oficinas foram o Agreste Alagoano, AL, e o Alto Sertão Sergipano, SE. Esses territórios foram escolhidos porque contavam com redes sociais bem estabelecidas, as quais foram constituídas por parceiros da Embrapa e por organizações não governamentais com experiência reconhecida em processos educativos e de comunicação comunitária.

Para colocar a experiência em prática, o projeto Acar capacitou, entre homens e mulheres, jovens do campo, blogueiros, radialistas, líderes comunitários e extensionistas – aqui entendidos como agentes de comunicação local e protagonistas do processo de comunicação no território –, por meio de oficinas de comunicação comunitária para a convivência com o Semiárido. O método adotado para a capacitação teve como premissas:

- Construir, colaborativamente, um modelo de comunicação inovador que atendesse às necessidades dos atores territoriais e promovesse a sustentabilidade do processo comunicacional nos territórios.
- Estimular o protagonismo social por meio da dialética, para que os atores atuem como agentes de comunicação local e para ampliar seus olhares para a importância da comunicação como parte do processo de convivência com o Semiárido.
- Ampliar o diálogo como prática elementar do processo comunicacional, para fortalecer, tornar válida e acreditada a interação entre pesquisa-extensão-agricultores e com os demais atores sociais.
- Qualificar a atuação da Embrapa como uma das instituições protagonistas do processo e, ao mesmo tempo, desfazer a ideia de instituição centralizadora e detentora exclusiva dos conhecimentos e dos instrumentos de comunicação.

Com base em tais premissas, a experiência foi executada orientando-se pelos seguintes procedimentos metodológicos:

- Articulação com os diversos atores e parceiros locais.
- Construção coletiva do conteúdo programático das oficinas.
- Identificação conjunta dos perfis adequados dos participantes.
- Valorização das expertises locais (rádios comunitárias no módulo rádio).
- Identificação de educadores populares para a leitura crítica e para o módulo de antropologia visual.
- Discussão de conteúdos e dos fluxos comunicacionais com base na realidade local.
- Potencialização das informações tecnológicas validadas pela pesquisa agropecuária, divulgadas por um programa radiofônico

semanal da Embrapa, o Prosa Rural³, usando o programa para estimular debates com extensionistas e professores, e para promover a expressão dos agricultores.

- Promoção de ações articuladas entre pesquisa-extensão-agricultor-comunicador, por meio de visitas a Unidades de Aprendizagem Familiar⁴, instaladas pelos projetos territoriais e transversais desenvolvidos pela Embrapa e seus parceiros da extensão rural nos territórios.
- Sistematização de experiências em agroecologia e convivência com o Semiárido, por meio da produção de boletins informativos, literatura de cordel, peças de teatro, prática da contação de histórias, entre outros.

A Embrapa no Plano Brasil Sem Miséria

Em 2014⁵, a Embrapa passou a integrar o arranjo institucional do Plano Brasil Sem Miséria, no eixo da inclusão produtiva rural, consubstanciada em 12 projetos territoriais e 5 projetos transversais, tendo como principais desafios: a) inovar suas metodologias e estratégias, assim como sua estrutura organizacional, para um melhor compartilhamento do conhecimento; b) disseminar tecnologias; c) encontrar soluções tecnológicas; e d) criar espaços de experimentação sociotécnica pela

³ Prosa Rural é o programa semanal de rádio produzido pela Embrapa, de 15 minutos de duração, com programação regional, distribuído gratuitamente para rádios de todo o País. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/prosa-rural>>.

⁴ Unidades de Aprendizagem Familiar são espaços de apropriação, compartilhamento e irradiação de saberes, que envolvem a família na experimentação, na adaptação e na apropriação de conhecimentos e tecnologias, em processos de qualificação e formação de multiplicadores (EMBRAPA, 2015).

⁵ Em 2011, a Embrapa já havia participado da primeira fase do Plano Brasil Sem Miséria, instituído por meio do Decreto nº 7.492/2011, com ações de distribuição de sementes e material impresso (fôlderes e cartilhas) a agricultores familiares do Semiárido brasileiro.

população que se encontra em situação de extrema pobreza no Semiárido brasileiro. Nessa direção, o foco de atuação da Embrapa é o eixo de inclusão produtiva rural, com o objetivo de aumentar a renda e diversificar a produção agrícola dos agricultores de baixa renda.

Para isso, foram mobilizadas oito Unidades de Pesquisa da Embrapa, localizadas na região Nordeste, e a Embrapa Milho e Sorgo, na região Sudeste, possuindo, esta última, forte atuação no norte de Minas Gerais, onde também prevalecem as condições climáticas e socioeconômicas do Semiárido brasileiro. A partir daí, a Embrapa atuou fortemente em 14 Territórios da Cidadania, com projetos de inclusão produtiva rural e outros transversais (água para produção; criação de pequenos animais; multiplicação de manivas de mandioca; produção de material informativo; e monitoramento e avaliação).

Nesse percurso, a Empresa percebeu a necessidade de investir em ações de estímulo à produção de material informativo, em apoio às capacitações tecnológicas dos projetos em curso nos territórios, bem como em uma estratégia de comunicação que, efetivamente, estimulasse a mobilização dos atores locais e aumentasse o grau de compreensão sobre o processo de inclusão produtiva e sobre a necessidade de ampliar a divulgação da informação nos territórios do PBSM, o que resultou na aprovação do projeto Acar.

Para contribuir com essa mobilização, a Embrapa Informação Tecnológica iniciou, em 2014, o projeto Ações de Capacitação e de Divulgação de Informações Tecnológicas para Apoio à Inclusão Produtiva Rural, no Plano Brasil Sem Miséria (Acar), no âmbito do Macroprograma 4, código SEG 04.12.09.016.00.00, recorrendo a cinco planos de ação (Figura 1), que se articulam entre si e que consistem em:

- Produção de audiovisuais.
- Ampliação de Minibibliotecas para comunidades dos Territórios da Cidadania e capacitação de mediadores para o uso do acervo das Minibibliotecas.



Figura 1. Proposta do projeto Acar: articular ações de capacitação com as de experimentação, promovidas pelos projetos territoriais e transversais do PBSM.

- Capacitação de radialistas e lideranças em estratégias de comunicação comunitária, com monitoramento de ações.
- Divulgação das ações e resultados do projeto Acar, bem como dos projetos territoriais e transversais, por meio do Prosa Rural, do Dia de Campo na TV⁶ e de canais na web, para os 14 territórios e a imprensa em geral.

Como subsídio metodológico, foi adotada a experiência da Embrapa Agroindústria Tropical no processo de articulação e constituição de uma agência de comunicação no Território Alto Oeste Potiguar, no Rio Grande

⁶ Dia de Campo na TV é um programa televisivo, produzido semanalmente pela Embrapa, com o objetivo de divulgar as tecnologias resultantes das pesquisas desenvolvidas pela Embrapa e parceiros. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/dia-de-campo-na-tv>>.

do Norte. A constituição dessa agência visa estimular o desenvolvimento local por meio da comunicação comunitária, uma vez que essa atua como um elemento integrador, mobilizador e amplificador da visibilidade das ações, tanto do projeto territorial desenvolvido pela Embrapa, quanto do próprio Território Alto Oeste Potiguar. Para isso, a agência (Figura 2) teve como funções registrar as atividades do PBSM no respectivo território e produzir informações relativas ao cotidiano local, recorrendo a uma série

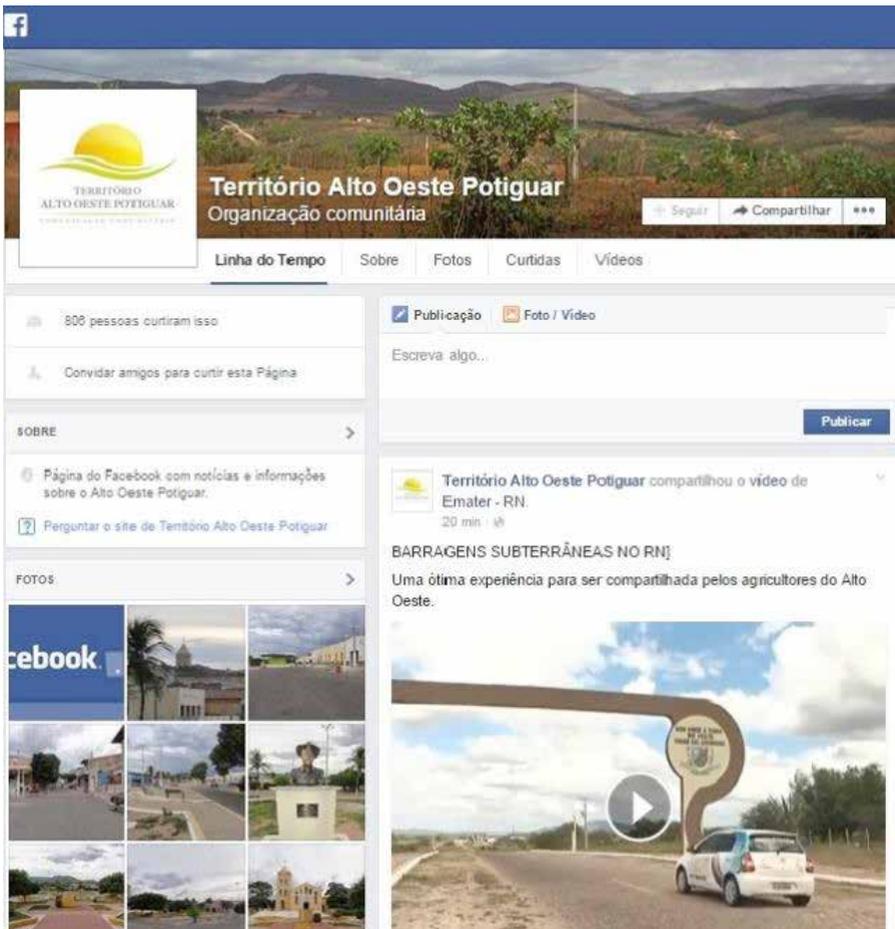


Figura 2. Página no Facebook criada para a Agência de Notícias Alto Oeste Potiguar, no Rio Grande do Norte.

de formatos: áudio, vídeo e texto. Nesse contexto, a comunidade passa a se ver como agente da comunicação e, simultaneamente, passa a ser midiaticizada, ampliando, assim, sua visibilidade.

A principal estratégia para viabilizar essas ações foi a construção de uma rede de comunicadores locais, que permitisse maior disseminação das informações geradas pela Embrapa, assim como maior interação entre a Embrapa e seus públicos de interesse. Essa estratégia possibilitaria que o raio de ação da Embrapa transcendesse o escopo do PBSM e não cessasse ao fim do projeto.

Para a formação desses comunicadores, entre novembro de 2014 e dezembro de 2015, foram realizadas cinco oficinas, das quais três foram realizadas em 2014⁷, destinadas exclusivamente a radialistas que atuam nos Territórios Alto Oeste Potiguar, RN, Agreste Alagoano, AL, Alto Sertão Sergipano, SE, Cariri, CE, e Serra Geral, MG, que são parceiros ou potenciais parceiros do programa radiofônico semanal da Embrapa Prosa Rural. Essas oficinas funcionaram como o primeiro módulo para as oficinas de comunicação comunitária e capacitaram cem profissionais, a maioria dos quais com atuação em rádios comunitárias, comerciais e educativas.

As outras duas oficinas (Tabela 1), específicas de comunicação, foram postas em prática em 2015, sendo uma no Território Agreste Alagoano, no Município de Igaci, AL, e a outra no Território Alto Sertão Sergipano, no Município de Canindé de São Francisco, SE. Essas atividades tiveram como foco estabelecer maior aproximação da Embrapa e da extensão rural (extensionistas e assessores técnicos de organizações não governamentais) com as comunidades atendidas pelo Plano Brasil Sem Miséria, e incluir novos atores na produção de informações nos territórios, estimular e fortalecer as iniciativas locais de comunicação, inclusive as redes de comunicadores existentes, iniciando, assim, o processo de formação continuada de lideranças comunitárias em estratégias de comunicação.

⁷ Em 2014, foram realizadas oficinas conjuntas para radialistas dos territórios Cariri, CE, e Alto Oeste Potiguar, RN, bem como para os dos territórios Alto Sertão Sergipano, SE, e Agreste Alagoano, AL.

Essas iniciativas ganharam mais força a partir da parceria institucional estabelecida com a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), entidade que reúne mais de mil organizações não governamentais que atuam na gestão e no desenvolvimento de políticas para a convivência com o Semiárido. A partir dessa aliança, novas técnicas e dinâmicas foram incorporadas à metodologia das capacitações até então adotada, bem como foram definidos novos perfis para os integrantes, de modo a possibilitar efetivo engajamento nas propostas solidárias e comunitárias para as ações de comunicação a serem praticadas nos territórios.

Tabela 1. Oficinas de capacitação em comunicação para a convivência com o Semiárido, realizadas nos territórios Agreste Alagoano, AL, e Alto Sertão Sergipano, SE, em 2015.

Território	Número de municípios	Número de capacitações	Comunicadores	Instituições parceiras
Agreste Alagoano, AL	13	1	42	Articulação Semiárido Brasileiro de Alagoas (ASA-AL) Associação dos Agricultores Alternativos (Agra) Coletivo Macambira, AL
Alto Sertão Sergipano, SE	7	1	44	Articulação Semiárido Brasileiro de Sergipe (ASA-SE) Centro Dom José Brandão de Castro (CDJBC) Sociedade de Apoio Sócio Ambientalista e Cultural (Sasac-SE) Associação Mãos no Arado de Sergipe (Amase-SE)

O processo de comunicação para o Semiárido brasileiro

A experiência promovida pela Embrapa Informação Tecnológica, com as oficinas de capacitação em comunicação territorial para a convivência com o Semiárido, é um ato de inovação em comparação com os procedimentos normativos. A proposta é dar voz aos atores sociais. Assim, a comunicação não é apenas um instrumento, mas um processo, no qual o aspecto institucional ou corporativo não é o mais importante. Valoriza-se a participação ativa e observam-se formas de inserir e ampliar a visão do contexto social ao se associar o conhecimento científico à práxis local. A articulação com as pessoas das comunidades estimula a participação e valoriza os parceiros locais, que são instados à construção coletiva das propostas. As oficinas são instâncias de discussão e de construção participativa, e seus resultados aparecem nas avaliações positivas feitas pelas próprias comunidades. Ou seja, as medidas do impacto são referendadas pelos atores do processo.

Inovação no processo – A programação de cada capacitação tem sido construída pela Embrapa e pelos parceiros locais, tendo como objetivo final a produção de programas radiofônicos sobre desenvolvimento local por território, a criação de uma rede de comunicadores locais (Figura 3) e o desenvolvimento de metodologias de sistematização de experiências, com uso de fotografias, gravação de entrevistas com os agricultores e agricultoras e visitas às Unidades de Aprendizagem Familiar. Esses resultados são avaliados coletivamente, por meio da divulgação em rádios, blogs, banners, pôsteres, informativos, cordéis e outros materiais multimídias, para serem restituídos às comunidades dos territórios.

Inovação institucional – As oficinas de comunicação comunitária possibilitam articulações institucionais com organizações não governamentais locais, desenvolvimento de ações de comunicação que fortalecem o trabalho dessas organizações e maior mobilização dos atores locais com perfil para atuar com ações simples de comunicação, ao mesmo tempo que estimulam o protagonismo dos atores nos territórios. Para a construção da proposta, foram criadas redes de comunicação (pela



Figura 3. Encontro dos radialistas, em 2014, dos territórios Alto Sertão Sergipano e Agreste Alagoano que marcou o início da construção da Rede de Comunicadores AL/SE.

internet e por Whatsapp) com os parceiros dos territórios dos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, intitulada Rede de Comunicadores CE/RN, e dos estados de Alagoas e Sergipe, denominada Rede de Comunicadores AL/SE. E foram estabelecidos contatos periódicos por videoconferências, bem como em encontro presencial na Embrapa Tabuleiros Costeiros. Como produto final, foi criada uma proposta metodológica, que teve como subsídio a experiência anterior – iniciada pela Embrapa Agroindústria Tropical – da Rede de Comunicadores do Território Alto Oeste Potiguar, RN, porém com as adaptações necessárias, conforme as realidades locais.

Inovação social – A proposta metodológica definida pelo grupo permitiu a construção dialógica entre especialistas/pesquisadores e agricultores – um reflexo da forma de organização social do Plano Brasil Sem Miséria nas comunidades locais, já que o PBSM prevê a construção coletiva dos conhecimentos com base na experiência das Unidades de Aprendizagem Familiar instaladas nos sistemas produtivos das famílias, em espaços de uso coletivo.

Nos dois territórios (Agreste Alagoano e Alto Sertão Sergipano), as oficinas abordaram questões conceituais e práticas. Conceituais: agroecologia, educomunicação, direito à comunicação, direito à água, convivência com o Semiárido, sementes crioulas e produção sustentável, tendo como subsídio as políticas públicas nacionais e locais, bem como o respeito à agrobiodiversidade e a valorização dos conhecimentos tradicionais dos agricultores e agricultoras.

Para conhecer na prática como esses conceitos são compreendidos pelos agricultores familiares, foram feitas visitas às propriedades rurais e às Unidades de Aprendizagem Familiar (Figura 4), onde acontecem as ações apoiadas pela Embrapa no PBSM e pela ASA, além de realizadas oficinas de rádio, de sistematização de experiências e de fotografia.



Foto: Maria Clara Guaraldo

Figura 4. Participante de oficinas em visita a Unidade de Aprendizagem Familiar.

Pressupostos da comunicação para a convivência com o Semiárido

Para pensar no desenvolvimento territorial, é necessário compreendê-lo para além das caracterizações estáveis, biológicas e físicas, isto é, como um espaço socialmente organizado, onde se compartilham valores, constituindo um campo de comunicação e de interação entre os que nele habitam, conforme explica Tânia Zapata:

Território é um espaço socialmente organizado. Território significa espaço e fluxos. Ou seja, lugares e pessoas interagindo. Território significa uma identidade histórica e cultural. São fluxos econômicos, sociais, culturais, institucionais, políticos, humanos. São atores inteligentes organizados, que podem fazer pactos, planos, projetos coletivos. (ZAPATA, 2000, p. 2).

O desenvolvimento territorial deve ter por objetivo o “[...] crescimento econômico por meio da preservação do meio ambiente e pelo respeito aos anseios dos diversos agentes sociais, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida da sociedade.” (TENÓRIO, 2006, p. 25). Logo, os pressupostos utilizados para a experiência aqui relatada nos territórios do PBSM são aqueles ajustados à visão territorial; e parte da compreensão de que a comunicação é uma das ações estratégicas para a convivência com o Semiárido, pois é um direito constitucional, assim como o é o direito à água e à terra.

Assim como coube à comunicação de massa criar imagens e conceitos segundo os quais o Nordeste é pobre e a seca é uma realidade incontestável, coube, agora, à comunicação comunitária, criar mecanismos e instrumentos capazes de, refletindo sobre o cotidiano real das pessoas nativas dessa região, reformular o olhar sobre o local e os sujeitos que nela vivem.

Assim, essa visão, forjada na negatividade da grande mídia, poderá ser superada, apresentando às comunidades, ou melhor, construindo com elas a ideia de um outro olhar sobre o Nordeste, no qual a convivência

com o Semiárido é fundamental para garantir a melhoria das condições socioeconômicas e valorizar bens preciosos – como a água, a terra, as sementes crioulas –, além de novas relações entre os saberes tradicionais e a ciência, por meio de uma assistência técnica especializada.

A comunicação passa, dessa forma, a ser um dos pilares essenciais à promoção da mudança daquela concepção, especialmente entre pessoas e instituições que desconhecem as peculiaridades da região e a necessidade de ações que garantam a boa convivência com o Semiárido e, conseqüentemente, com a ideia de escassez da água. Pois, como reflete Durval Muniz, em seu livro *A invenção do Nordeste e outras artes*:

Nossos territórios existenciais são imagéticos. Eles nos chegam e são subjetivados por meio da educação, dos contatos sociais, dos hábitos, ou seja, da cultura, que nos faz pensar o real como totalizações abstratas. Por isso, a história se assemelha ao teatro, onde os atores, agentes da história, só podem criar à condição de se identificarem com figuras do passado, de representarem papéis, de vestirem máscaras, elaboradas permanentemente. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 27).

Esse Nordeste inventado colaborou com a concepção de que a região é ruim, seca e miserável. As produções, quaisquer que sejam – a imprensa, da música ou da literatura –, convergiram para uma narrativa determinista ao clima, e não à vida e ao conhecimento acumulado por centenas de pessoas da região, tais como indígenas, quilombolas, camponeses e ribeirinhos, que construíram formas próprias de ser e de se relacionar com o ambiente. Sem contar com os equívocos de programas governamentais para “acabar” com a seca, sendo ela um fenômeno natural, com o qual, portanto, se deve conviver, e não combater.

A base teórica deste trabalho está, então, alicerçada nas modalidades de interação da comunicação comunitária, que preconiza a ampla participação social na construção das informações e no compromisso tácito com a comunidade. Portanto, é a própria comunidade que constrói a sua comunicação, e esse tipo de compreensão precisa ser respeitado pelos

agentes de desenvolvimento, expressão aqui aplicada à extensão rural, à pesquisa e às instituições de fomento. Os agentes precisam compreender como se dá o fluxo de comunicação para, assim, poder estabelecer o tipo de relacionamento com as comunidades. Deve-se priorizar a negociação constante com os atores e a valorização dos seus espaços simbólicos, que caracterizam a região e o território. Trata-se de identificar e transmitir os interesses comunitários por meio de programas e ferramentas de comunicação, que favoreçam a ampliação dos espaços de debates e que sejam formativos e indicativos das mudanças necessárias de dentro para fora, e não o contrário.

De acordo com a percepção de Peruzzo (2007), ao participarem diretamente do processo de fazer rádio, jornal ou qualquer outra modalidade de comunicação comunitária, as pessoas vivenciam um processo educativo que contribui para sua formação enquanto cidadãos, e demonstram, segundo Paiva (2007), sua capacidade de recontar suas histórias por meio de reflexões acerca de suas realidades.

Ou ainda, como alerta Brum (2006), o projeto anseia colaborar para a valorização de um novo olhar sobre o cotidiano, sobre as coisas e pessoas, de modo a valorizar aquilo que parece não ter significado.

Gostei das histórias pequenas. Das que se repetem, das que pertencem à gente comum. Das desimportantes. O oposto, portanto, do jornalismo clássico. Usando o clichê da reportagem, eu sempre me interessei mais pelo cachorro que morde o homem do que pelo homem que morde o cachorro – embora ache que esta seria uma história e tanto. O que este olhar desvela é que o ordinário da vida é extraordinário. E o que a rotina faz com a gente é encobrir esta verdade, fazendo com que o milagre do que cada um é na vida se torne banal. (BRUM, 2006, p. 191).

Nesse sentido, as capacitações em comunicação têm estimulado os participantes a, inicialmente, refletir sobre as formas de comunicação presentes em seus territórios e comunidades, por meio de algumas perguntas norteadoras:

- Como se dá a comunicação em minha comunidade/região?
- Na minha prática diária, como faço comunicação?
- Como a mídia retrata o lugar onde vivo? E como eu vejo o lugar onde vivo?
- Como eu, comunicador/comunicadora, posso ajudar no desenvolvimento da minha região?

Para os participantes, há uma diferença muito grande entre o que a mídia convencional retrata e a percepção que eles próprios têm da realidade como moradores do Semiárido. Durante os debates, foi lembrado que não só os jornais de abrangência nacional, como também os locais, quando falam sobre a vida nos municípios da região, buscam apenas retratar questões relacionadas à violência e à pobreza, sem fazer um debate mais aprofundado sobre a questão. Na avaliação de alguns participantes, é preciso abordar os temas realmente importantes para o município, como o excesso de uso de agrotóxicos nas plantações e suas consequências para o ser humano e o meio ambiente.

Outra reflexão promovida nas capacitações com os participantes diz respeito às fontes de informação a que têm acesso.

- A que tipo de mídia temos acesso?
- Onde se busca informação sobre nossa região?

Neste caso, os participantes das oficinas fizeram uma lista dos meios onde costumam buscar informação sobre a região, que, de modo geral, são os mesmos: alguns programas de rádio, redes sociais, sites e televisão.

Indagados sobre como mudar essa realidade, os participantes das oficinas dos territórios Agreste Alagoano, AL, e Alto Sertão Sergipano, SE, identificaram pelo menos quatro caminhos para essa mudança:

- Fortalecer a atuação comunitária.
- Conhecer mais sobre a realidade da comunicação brasileira.

- Conhecer a realidade local.
- Buscar formação para aperfeiçoar as produções autônomas.

Para Peruzzo (2005), a comunicação comunitária que vem sendo feita por movimentos populares é produzida no âmbito das comunidades e agrupamentos sociais com identidade própria. São produções sem fins lucrativos que visam à democratização da comunicação. Por isso, implicam a participação ativa e horizontal dos cidadãos e a corresponsabilidade pelos conteúdos das informações produzidas. Nesse sentido, é fundamental que os participantes das capacitações tenham em mente a importância de que os saberes locais precisam ser socializados, como destaca uma comunicadora popular da ASA⁸:

Deparamos com pessoas que, por tanta vivência no campo, conhecem os sinais de uma chuva que está prestes a acontecer. Isso também é comunicação e precisamos saber como repassar, de forma clara e fácil, essa informação para a comunidade. Além disso, tem que ter responsabilidade com o que se diz e interagir em discussões afins. (Informação verbal)⁹.

Nas capacitações realizadas por ocasião das oficinas de rádio, é discutida a importância do trabalho a ser feito em grupo, ou seja, sempre que se pensar em comunicação comunitária, deve-se cogitar em trabalho em equipe. Portanto, o primeiro passo para uma produção comunitária é pensar coletivamente, montar um grupo em que cada um seja responsável por uma atividade. Os participantes também fazem uma reflexão sobre a importância de os comunicadores apresentarem suas demandas à rádio comunitária local e estabelecerem um diálogo com a direção da rádio, sempre que houver um evento local.

⁸ Profissional responsável por animar os processos de comunicação no território de atuação da entidade e contribuir nos processos de formação de lideranças, entre outras atividades coordenadas pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) (ORGANIZAÇÃO BARREIRA AMIGOS SOLIDÁRIOS, 2014).

⁹ Informação obtida durante apresentação verbal de Monyse Ravena, comunicadora popular da ASA, em outubro de 2015.

Bases sobre comunicação para o desenvolvimento

Considerando que os projetos territoriais e transversais desenvolvidos pela Embrapa, em apoio ao Plano Brasil Sem Miséria, têm foco no desenvolvimento territorial, e que o propósito das capacitações de comunicadores dos territórios para convivência com o Semiárido é estabelecer uma atuação integrada com os atores locais e contribuir para a autonomia e o empoderamento das comunidades, foi também adotado nesse processo o conceito de “comunicação para o desenvolvimento (Condev)”, que pode ser compreendido como:

[...] uma esfera original de fluxos de informação que se estabelecem com o fim de promover e agilizar o processo de conhecimento e a sua apropriação pela sociedade, com a finalidade de transformar e melhorar as condições de vida dos sujeitos. (HEBERLÊ, 2014, p. 13).

De acordo com o autor, a comunicação para o desenvolvimento pressupõe várias ações:

- Aumentar o diálogo das instituições de pesquisa e de ensino, da Ater e de movimentos sociais com a sociedade, contemplando outras áreas do conhecimento na pesquisa, como sociologia, ecologia, meio ambiente e cultura.
- Incorporar as inovações dos agricultores e agricultoras e valorizar seus conhecimentos.
- Realizar escuta ativa, relação dialética e dialógica.
- Validar os ajustes tecnológicos feitos pelos agricultores.
- Considerar o bioma com foco na agricultura familiar.
- Ouvir os agricultores e entender o valor da troca dos saberes.

Mais que um mero serviço de divulgação e disseminação de resultados e tecnologias, a Condev pressupõe o engajamento de comunicadores em certas atividades (HEBERLÊ, 2014), como:

- Ir a campo para identificar formas comunicacionais adequadas para estabelecer trocas de saberes entre técnicos e agricultores, enquanto experimentadores.
- Entrevistar pessoas para compreender os problemas que limitam o desenvolvimento.
- Incentivar formas participativas de atuação nas diferentes modalidades de comunicação das instituições.
- Promover discussões em grupos de trabalho sobre as informações captadas na realidade.

A ação comunicativa convencional, centrada apenas na entrega de conteúdos, precisa, no entanto, ser revista pelos profissionais de comunicação. Com o objetivo de trabalhar com uma comunicação nos territórios, que vise verdadeiramente ao desenvolvimento, os atores desse processo são instigados a refletir a respeito da profissão de comunicador social, enfrentando questões como as que estão relacionadas abaixo.

Como atingir o desenvolvimento por meio da comunicação?

É preciso pensar na comunicação como interação, incluindo os interesses das pessoas de uma comunidade no contexto local onde essa comunidade está inserida, em sua relação com as políticas públicas existentes. Ou seja, deve-se considerar a realidade e as necessidades dos atores locais.

Qual é o papel do comunicador?

Cabe ao comunicador para o desenvolvimento selecionar e produzir conteúdos de acordo com as reais necessidades do público. Para tanto, precisa conhecer a realidade onde atua, em busca de esclarecimentos, observando a comunidade e ouvindo várias fontes.

Orientação para as perguntas transversais

Uma das formas para sintonizar o comunicador para o desenvolvimento com as demandas sociais inerentes ao seu trabalho é fazer, continuamente, algumas perguntas durante a produção das notícias, tais como:

- Para que serve essa informação?
- Quem se beneficia desse conhecimento?
- Como essa informação pode transformar a comunidade?

Uma das mais atuais versões do conceito de comunicação para o desenvolvimento surgiu no primeiro *Congresso Mundial de Comunicação para o Desenvolvimento (WCCD)*, realizado em Roma, na Itália, entre os dias 25 e 27 de outubro de 2006. O principal objetivo desse evento foi posicionar e promover o campo de Condev na agenda global de desenvolvimento e cooperação internacional.

Aquela definição apresenta essa área do conhecimento como um processo social baseado no diálogo, usando uma ampla gama de ferramentas e métodos. Trata-se de buscar mudanças em vários níveis, incluindo as formas de escuta, a construção da confiança, a partilha de conhecimentos e competências, as políticas de construção, os debates e a aprendizagem para a mudança sustentada e significativa. “Não se trata de relações públicas ou comunicações corporativas”, diz objetivamente a definição (FAO, 2014, p. 13, tradução nossa); entretanto, como será que as pessoas envolvidas com a comunicação no Semiárido brasileiro percebem o desenvolvimento da e na sua comunidade?

Compreensão sobre o desenvolvimento nos territórios Agreste Alagoano e Alto Sertão Sergipano

Por ocasião das oficinas de capacitação, os participantes foram estimulados a refletir e debater sobre o conceito de desenvolvimento, sua relação com a comunicação e sobre como ele pode ser posto em prática. No entendimento dos participantes, o desenvolvimento implica várias ações:

É levar as pessoas a pensar de forma crítica sobre o seu cotidiano e, a partir daí, começar a agir sobre ele.

É instigar a comunidade a agir para se desenvolver.

É utilizar práticas de interação e melhoramento da comunicação, da economia e do lado social.

É divulgar a informação, o conhecimento, de forma clara, para melhorar o entendimento por parte da comunidade.

É combinar questões sociais, econômicas e ambientais relacionadas a um território.

É estimular o crescimento dos potenciais comunitários, quaisquer que sejam eles – produtivos, ambientais e culturais –, de forma a mantê-los vivos e garantir sua existência futura.

É comprometer-se com o lugar onde se vive.

É melhorar a qualidade de vida e fortalecer a agricultura familiar.

É reconhecer que os moradores do lugar são os autores, os protagonistas da produção, os donos das suas riquezas, os construtores dos seus valores.

É desenvolver as atividades locais com base no olhar do agricultor, agente que vai transmitir seus ensinamentos aos outros.

É saber preservar as culturas locais.

É desenvolver a comunidade não só economicamente, mas também cultural e ambientalmente, trazendo informações e contribuindo com a preservação e o resgate da história do povo.

É reconhecer que a sociedade local pode ser protagonista do próprio desenvolvimento.

É multiplicar o conhecimento, para garantir o crescimento.

Observa-se, pelas respostas dadas, que os elementos do conceito da Condev, referendado pela FAO, são identificados nas considerações feitas pelos comunicadores quando refletem sobre o desenvolvimento, destacando-se certos aspectos, como: o protagonismo local, a construção coletiva das ações, a compreensão de que o desenvolvimento acontece em um cenário de múltiplas combinações de fatores, a participação

social, a interação, o crescimento de potenciais comunitários e o comprometimento com o local. E que estão presentes na proposta das oficinas promovidas pelo projeto Acar.

Procedimentos metodológicos das oficinas de capacitação

Objetivos das capacitações

O objetivo geral das oficinas é favorecer a formação continuada sobre a compreensão e o fortalecimento do papel da comunicação para a convivência com o Semiárido, cujos objetivos específicos são:

- Estimular os participantes a produzir programas de rádio, áudios e boletins que retratem as realidades locais, ampliando, assim, suas competências comunicacionais, com vista a apoiarem a divulgação de ações voltadas ao desenvolvimento local.
- Identificar os perfis de atores que possam atuar como agentes de comunicação nos territórios.
- Fomentar a reflexão dos participantes sobre a importância de uma comunicação que valorize a divulgação das ações de convivência com o Semiárido.
- Constituir redes de comunicadores territoriais e contribuir para o fortalecimento dessas redes.
- Fortalecer as redes já constituídas e em funcionamento nos territórios.
- Aumentar a interação da Embrapa com públicos específicos da agricultura.

Definição do perfil dos participantes das oficinas

A Embrapa Informação Tecnológica contou com a parceria da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) e da Embrapa Tabuleiros Costeiros para

selecionar os participantes das oficinas de comunicação nos territórios. Essas instituições parceiras indicaram as organizações governamentais e as não governamentais (ONGs) que participariam do processo, bem como agricultores, educadores, técnicos da extensão rural, jornalistas e comunicadores populares, além de terem contribuído com a construção metodológica do processo de formação, por meio de reuniões prévias com os atores locais. Coube à Embrapa Informação Tecnológica a indicação de radialistas parceiros do Prosa Rural, cuja emissora estivesse localizada em municípios atendidos pelo PBSM e transmitisse o programa de rádio da Embrapa.

No mapeamento de perfis, foi considerada a necessidade de capacitar pessoas que pudessem assumir também o papel de reeditores sociais, isto é, pessoas que, por seu papel social, ocupação ou trabalho tivessem a capacidade de “[...] readequar mensagens, segundo circunstâncias e propósitos, com credibilidade e legitimidade” (TORO; WERNECK, 1996, p. 24). São atores que, em seus círculos de relações sociais, são reconhecidos por seu público e têm a capacidade de reinterpretar e transformar mensagens.

Dessa forma, foram convidados radialistas, blogueiros, estudantes da área de comunicação, extensionistas, professores de escolas profissionais, agentes de desenvolvimento, membros de sindicatos rurais e de movimentos sociais, que passaram, então, a receber noções de comunicação comunitária, comunicação para o desenvolvimento, produção textual, produção e linguagem audiovisual, produção e linguagem radiofônica, gerenciamento de mídias digitais e noções de marketing social.

Programação das oficinas de comunicação

A programação das oficinas de comunicação realizadas nos territórios Alto Sertão Sergipano e Agreste Alagoano, em 2015, foi flexibilizada para que as oficinas pudessem adaptar-se à realidade de cada território e ao perfil de seus participantes no que concerne a carga horária, ordem dos temas abordados e seleção dos módulos.

As oficinas abordaram os seguintes temas: a) apresentação do programa de formação continuada em Comunicação Comunitária nos Territórios, com ênfase no programa Plano Brasil Sem Miséria; b) painel de experiências em comunicação, com debates e troca de experiências; c) visitas aos projetos BSM em propriedades rurais; e d) ferramentas de comunicação, com os seguintes módulos: oficina para a produção de programa de rádio; oficina de sistematização de experiências; e oficina de fotografia. Ao final de cada evento, foram feitas dinâmicas de grupo e coletivas para a construção de uma rede de comunicação.

A metodologia, por ser participativa, permitiu que os eventos fossem diferenciados. A título de exemplo, no item “ferramentas de comunicação”, foram feitas alterações nos módulos para atender aos interesses dos participantes e dos territórios em questão. Na Oficina de Comunicação realizada no Território Agreste Alagoano, por exemplo, foram ofertados módulos de fotografia e de rádio. Já no Território Alto Sertão Sergipano, os módulos oferecidos foram de sistematização de experiências e de rádio.

A carga horária das oficinas foi de 20 horas. No caso do Agreste Alagoano, foram 4 horas no primeiro dia e 8 horas nos segundo e terceiro dias. No Alto Sertão Sergipano, verificou-se a necessidade de encerrar o último dia logo após o almoço, por causa do horário de deslocamento dos participantes. Sendo assim, a oficina contou com carga horária de 20 horas, assim distribuídas: 8 horas no primeiro dia, 8 horas no segundo dia e 4 horas no terceiro dia.

O primeiro dia ficou reservado para as seguintes atividades: dinâmicas de apresentação e acolhimento; apresentação do Plano Brasil Sem Miséria e do Projeto Acar; e debate sobre a importância da comunicação como instrumento de mobilização e apoio ao desenvolvimento local. Na ocasião, foi destacada a necessidade de fortalecer as estratégias de comunicação comunitária e de integração entre as diversas instituições que atuam na perspectiva do desenvolvimento territorial, especialmente na convivência com o Semiárido, tomando como base os princípios da comunicação comunitária, fortalecendo, assim, as experiências que se manifestam nas

diferentes expressões de agroecologia e, portanto, fundamentadas na participação social.

Os segundo e terceiro dias foram dedicados a trocas de experiências e a treinamentos em produção radiofônica, fotografia e sistematização de experiências, além de visitas às propriedades rurais onde o Plano Brasil Sem Miséria foi executado pela Embrapa Tabuleiros Costeiros e pela ASA. No terceiro dia, ocorreu também a atividade prática de produção radiofônica.

Em todas as oficinas, os participantes dividiram-se em dois grupos, que ocuparam salas diferentes. Os grupos foram instigados a refletir sobre questões norteadoras para a capacitação e a formação dos agentes de comunicação territorial, como:

- Que tipo de mídia temos hoje?
- Que tipo de informação elas passam?
- Qual a sua intencionalidade?

Além disso, todos os grupos avaliaram e debateram (Figura 5), conjuntamente, temas variados, como: a inseparabilidade entre comunicação e educação, a falta de valorização da cultura local pelos meios de comunicação e o cuidado que se deve ter para não replicar essa forma de comunicação. O papel da comunicação comunitária é estabelecer uma comunicação de forma diferente, escolhendo os temas de acordo com a realidade local e passando informações de forma clara, qualquer que seja o meio utilizado: teatro, rádio, fotografia e outros materiais audiovisuais ou das mídias sociais.

Métodos e dinâmicas das oficinas

No aspecto conceitual, as oficinas de rádio inovaram ao associar conteúdos relacionados à leitura crítica dos meios com práticas comunicacionais para a produção radiofônica.



Foto: Sandreana de Melo Silva

Figura 5. Participantes de oficinas debatem sobre formas de comunicação local.

Durante a execução das oficinas, foram criados espaços dialógicos de apresentação de experiências. Em Igaci, AL, uma parte do segundo dia do evento foi dedicada à apresentação das experiências de comunicação e educação da Embrapa e da ASA. A equipe da Articulação Semiárido Brasileiro destacou a importância de se conhecer a realidade local e utilizar meios de comunicação que sejam adequados ao momento e ao público, lembrando que, às vezes, é pertinente, por exemplo, recorrer ao Whatsapp, mas, em outros, é necessário fazer o caminho tradicional de abordar cada um dos agricultores ou agricultoras, e convidá-los a participar das atividades.

Durante a dinâmica, foram relatadas várias experiências, vivenciadas pela Agência de Notícias do Alto Oeste Potiguar, RN (Figura 6), a experiência teórica de Comunicação para o Desenvolvimento, o programa Prosa Rural, as Minibibliotecas da Embrapa, a experiência do Coletivo Macambira, AL, voltada aos processos de alteridade e de simbolismos dos povos e comunidades tradicionais, e também os trabalhos da Rede de Comunicação da ASA-SE. Esta última destacou a ação do grupo de teatro



Figura 6. Apresentação de experiência vivenciada pela Agência de Notícias do Alto Oeste Potiguar, RN.

Raízes Nordestinas, pertencente ao Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), que desenvolve práticas de comunicação e de mobilização social, por meio da arte.

Em Canindé de São Francisco, SE, aplicou-se a metodologia do Carrossel, que permitiu que os participantes tivessem a oportunidade de discutir ou conhecer todos os temas ou experiências ao “rodarem/circularerem” por diferentes polos de discussão (REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ, 2010).

Para tanto, a metodologia do Carrossel foi adaptada ao contexto local. Os participantes foram divididos em três grupos, que “rodaram” pelas seguintes estações temáticas: Rede de Comunicadores ASA-SE, Prosa Rural/Minibibliotecas e a experiência de radionovelas da Rádio Amanhecer FM, de Canindé de São Francisco, SE. Em grupos, os participantes circulavam em torno das estações, o que permitiu uma participação mais dinâmica com os temas tratados.

Outro diferencial das oficinas de comunicação foi a participação dos coordenadores como instrutores, como aconteceu, por exemplo, nas

oficinas de rádio, que foram ministradas por profissionais de comunicação e de educação da Embrapa e da ASA, e na oficina de sistematização de experiências, que foi ministrada por pesquisador da Embrapa Tabuleiros Costeiros, em conjunto com especialista em educação da ASA-SE.

Para a oficina de sistematização de experiências, foi produzida uma maquete de uma unidade familiar. Colocados diante dessa maquete, os participantes foram estimulados a dizer o que viam, o que percebiam, o que sentiam. Em seguida, foram distribuídas, entre os participantes, tarjetas com algumas frases elaboradas por teóricos, escritores e poetas, relacionadas ao processo de produção de conhecimento, à leitura e à sensibilidade para observar, analisar, apreender e descrever a realidade do mundo externo e suas subjetividades. Os participantes, divididos em duplas, refletiam sobre o significado de cada frase, expunham sua compreensão ao grupo maior, que, por sua vez, contribuía também com as discussões, trazendo, assim, novos elementos ao debate. Também foi realizada uma “chuva de ideias”, o que gerou a oportunidade de relacionar os resultados com o conceito de “sistematização”.

Como resultado dessas reflexões, os participantes apontaram algumas necessidades:

- Distanciar-se do campo para poder analisar e ver todos os fatos como algo novo.
- Estar despido de suas verdades, pois não podem interferir para criar uma história que não é a sua.
- Construir a sistematização de forma coletiva, e não individual.
- Validar a sistematização com os próprios atores.

Essa discussão inicial serviu de provocação para o momento seguinte da oficina, que foi realizada em Unidades de Aprendizagem Familiar instaladas nos sítios de agricultores familiares, na Comunidade Garrote do Emiliano e na Comunidade Sítio do Óleo, ambas localizadas em Poço Redondo, município vizinho ao Município de Canindé do São Francisco, Território Alto Sertão Sergipano. Essas Unidades de Aprendizagem Familiar foram

instaladas pela Embrapa e parceiros que executam projetos do Plano Brasil Sem Miséria, que consistem na instalação de cisternas, na formação de quintais agroflorestais, na produção de palma forrageira para alimentação animal, na criação de caprinos e ovinos, etc.

Nessas Unidades de Aprendizagem Familiar, os participantes da oficina de sistematização colocam em prática as discussões feitas acerca da percepção da realidade local e os diversos elementos associados a esse processo. Para isso, foram formados dois grupos, para que cada um deles conhecesse duas experiências diferentes no campo: uma, com quintal produtivo e biodigestor para a geração de gás de cozinha; e outra, com sementes crioulas, viveiro de mudas, fábrica de confecção de roupas e criação de abelhas. De volta à sala, os participantes elaboraram um produto que representasse a sistematização das experiências vivenciadas. Além disso, foi feita uma análise crítica sobre a comunicação que se quer e a comunicação que se tem, com foco na agricultura retratada e nas entrevistas concedidas pelos agricultores.

Resultado da sistematização do grupo 1

O primeiro grupo relatou sua experiência na Unidade de Aprendizagem Familiar, instalada na propriedade de Josefa Vieira Barbosa (Figura 7), na Comunidade Óleo. Tomando por base esse relato, o grupo refletiu sobre o comprometimento, o esforço e a integração da família, a qual, mesmo sem apoio, tem desenvolvido uma atividade econômica e comercializado seus produtos tanto na comunidade quanto nas feiras livres. Surgiram também alguns pontos de vista mais técnicos que viram, na integração do sistema de produção da propriedade, um exemplo de convivência com o Semiárido, quebrando, assim, o paradigma da impossibilidade de se viver no Semiárido conforme é apresentado pela mídia em geral.

Resultado da sistematização do grupo 2

O segundo grupo dividiu-se em dois subgrupos: um grupo acompanhou o trabalho da agricultora e dona de casa Maria José, enquanto o outro grupo acompanhou o trabalho do senhor Rosalvo Vitor da Silva, agricultor e marido da dona Maria José.



Foto: Fernando Fleury Curado

Figura 7. Propriedade visitada na Comunidade Óleo, Território Alto Sertão Sergipano.

O grupo que acompanhou e entrevistou dona Maria José percebeu a importância dessa mulher no sistema de produção. Além de cuidar dos filhos e cumprir com as tarefas domésticas, ela é responsável pela horta, pelas plantas frutíferas e pelo manejo dos animais. E, quando necessário, na ausência do marido, também se responsabiliza por todo o sistema de produção da propriedade.

O grupo destacou ainda que, durante a visita, percebeu-se a afinidade que a agricultora tinha com a produção agrícola e com o uso do biodigestor, que foi instalado na propriedade para substituir o fogão a gás. A agricultora comentou, a propósito do emprego do biodigestor: “nunca imaginei que bosta fosse virar gás” (informação verbal). Por fim, a agricultora percebeu mudanças significativas no seu âmbito, decorrentes da tecnologia do biodigestor e da cisterna. O grupo também refletiu sobre a questão da equidade de gênero, tendo em vista o duplo papel exercido pela mulher na propriedade: agricultora e dona de casa.

O grupo que entrevistou o senhor Rosalvo Vitor da Silva discutiu sobre o sistema de produção da propriedade, destacando o vasto conhecimento e a preocupação do produtor com o meio ambiente. Segundo relatado pelo produtor, no passado, várias culturas eram produzidas na região, até mesmo arroz, pois a água era abundante. O agricultor lamentou a perda da diversidade de produção agrícola e também da produção animal, resultante da escassez de alimentos e água para o rebanho. O grupo também socializou diversas expressões culturais e mitos presentes na comunidade, citando, por exemplo, o fogo corredor e o lobisomem. Para o grupo, essas lendas e saberes são muito ricos e podem ajudar a ciência a entender melhor como se dá a relação do homem com a natureza. As pessoas presentes destacaram também que o papel de líder, exercido pelo senhor Rosalvo, cidadão respeitado por toda a comunidade, resultou principalmente de sua preocupação com a comunidade.

Os grupos perceberam que ambos os relatos foram ricos e se completavam; por isso, concluíram que a sistematização não pode ser vista apenas como representativa da família do senhor Rosalvo e esposa, mas da própria comunidade do Garrote do Emiliano, como um todo.

Depois das socializações dos grupos (Figura 8), concluiu-se que, antes de realizar as visitas às Unidades Familiares, era preciso fazer um planejamento para definir quais perguntas deveriam ser feitas, quem aplicaria o questionário e qual seria a ordem das perguntas que comporiam as entrevistas. Além disso, foi destacada a importância de todo o grupo ouvir, com atenção, as respostas e os comentários dos agricultores e agricultoras para, assim, obter e aproveitar o máximo possível de informações sobre o sistema de produção visitado.

Produtos esperados

Ao final das oficinas, a proposta da metodologia estava orientada no sentido de que os participantes se sentissem capazes de produzir informações contextualizadas ao cotidiano local, utilizando uma série de formatos: áudio, vídeo e texto. Esperava-se também estimular o



Foto: José Roque de Jesus

Figura 8. Momento de socialização dos grupos.

protagonismo desses sujeitos nos seus espaços de atuação, seja na extensão rural, seja nas escolas, ou, então, nas rádios comunitárias e em outros espaços coletivos.

Na oficina de Igaci, AL, os treinamentos ministrados concentraram-se em produção radiofônica e fotografia. Como resultado da oficina de rádio, os participantes produziram spots para rádio, sobre temas relacionados ao desenvolvimento de suas comunidades. Quanto à oficina de fotografia, o grupo visitou uma propriedade rural com projetos PBSM, onde captou imagens para posterior utilização em exposições locais.

Em Canindé de São Francisco, SE, os treinamentos ministrados foram de produção radiofônica. Na ocasião, os alunos receberam algumas orientações técnicas, como: o uso de siglas, como se comunicar com o ouvinte a quem se destina o programa e a quantidade ideal

de assuntos a serem tratados, para não deixar o público confuso e cansado. Além disso, foram dadas orientações para a sistematização de experiências. Como produto da oficina de rádio, os participantes elaboraram pequenos programas e spots (Figura 9), que foram veiculados pela Rádio Amanhecer FM durante sua programação normal. Quanto à oficina de sistematização de experiências, os participantes, divididos em dois grupos, visitaram duas propriedades rurais próximas, onde aplicaram entrevistas com as famílias e fizeram filmagens e fotografias. Como desdobramento, o material coletado serviu como subsídio para a produção de vídeos e boletins informativos.

Foto: Egídio dos Santos Neto



Figura 9. Participantes da oficina de rádio em frente à Rádio Amanhecer FM, em Canindé de São Francisco, Território Alto Sertão Sergipano.

Concluídas as atividades práticas, os participantes divulgaram seus trabalhos, oportunidade em que foi feita uma análise dos erros e acertos, bem como apontadas sugestões visando à melhoria das próximas gravações e da produção dos materiais.

Resultados da experiência

Para avaliar o nível de envolvimento e o conhecimento inicial dos participantes quanto ao tema “comunicação e Plano Brasil Sem Miséria”, a equipe coordenadora aplicou dois questionários.

No primeiro, denominado Questionário de Nivelamento, foram coletadas informações sobre o perfil do participante (idade, grau de formação educacional e área de atuação), sobre suas expectativas em relação à capacitação e sobre o nível de entendimento da dimensão da comunicação no território. Esse questionário era composto por questões abertas e fechadas. Ao final da capacitação, foi aplicado o segundo questionário – Questionário de Avaliação –, com questões abertas e fechadas, para medir o grau de compreensão dos conceitos trabalhados durante as atividades propostas.

Conforme a análise dos dados coletados nesses questionários, os participantes das oficinas de comunicação possuíam, em sua maioria, idade entre 20 e 40 anos, formação em ensino médio ou em ensino superior, e área de atuação em extensão rural, comunicação, agricultura e educação. E acreditavam que a comunicação compartilhada poderia contribuir para apoiar a assistência técnica em seus municípios, além de promover a troca de experiências e o empoderamento das comunidades.

As Figuras 10 a 15 apresentam informações importantes, obtidas nas capacitações realizadas nos territórios Agreste Alagoano, AL, e Alto Sertão Sergipano, SE, quanto à área de atuação dos participantes, como: se já atuavam com comunicação local, se a comunicação poderia contribuir para o desenvolvimento local, e como ele, na condição de comunicador do território, poderia contribuir com a comunicação local.

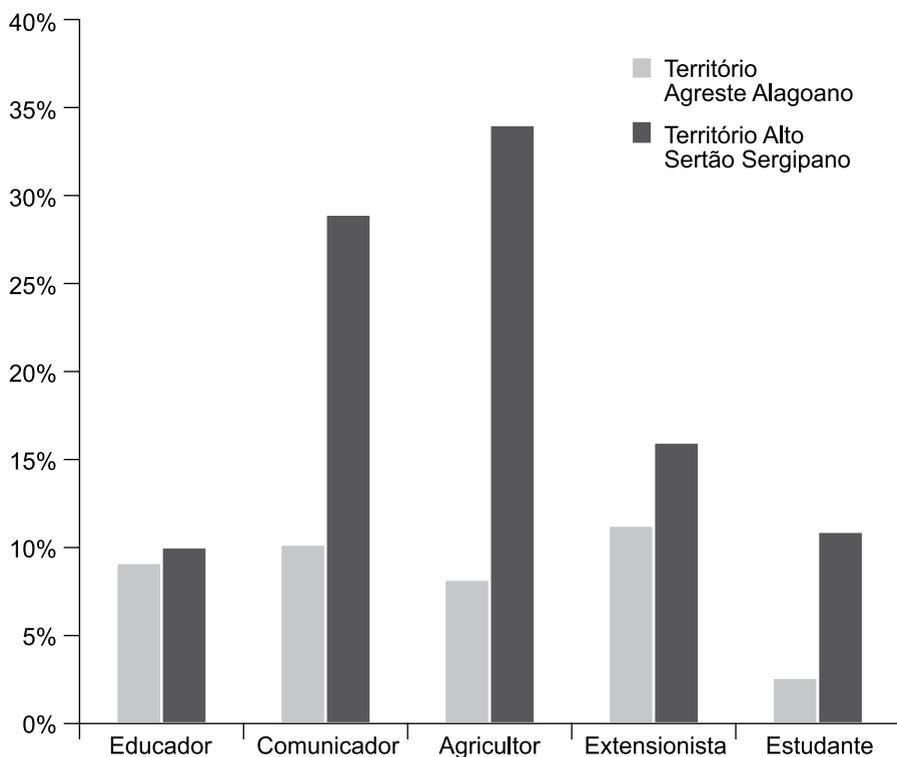


Figura 10. Área de atuação: Território Agreste Alagoano, AL, e Território Alto Sertão Sergipano, SE.

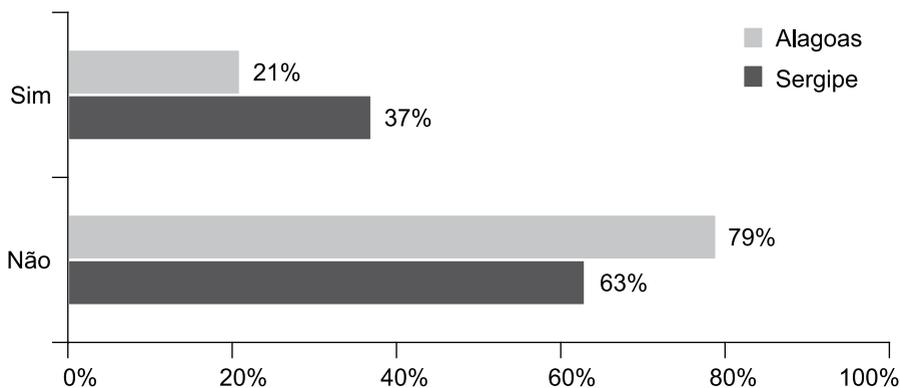


Figura 11. Trabalha ou desenvolve alguma atividade de comunicação. Território Agreste Alagoano, AL, e Território Alto Sertão Sergipano, SE.

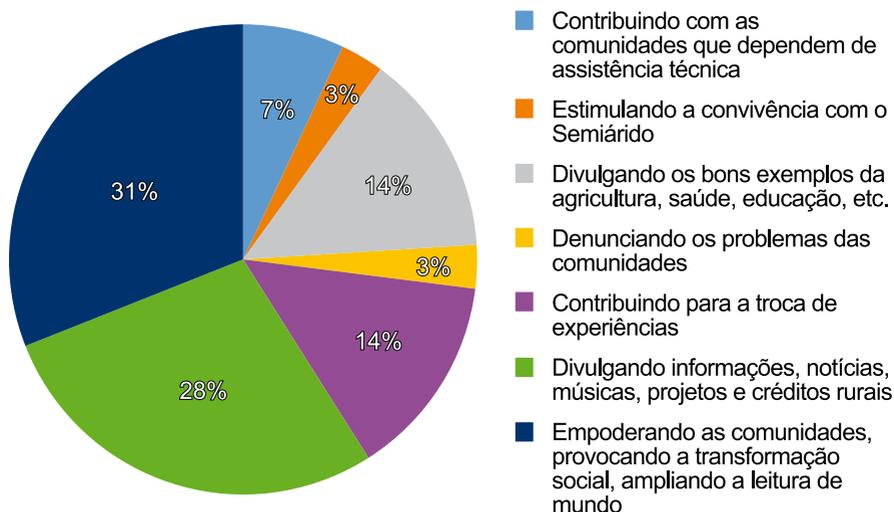


Figura 12. Como a comunicação pode contribuir para o desenvolvimento do município. Território Agreste Alagoano, AL.

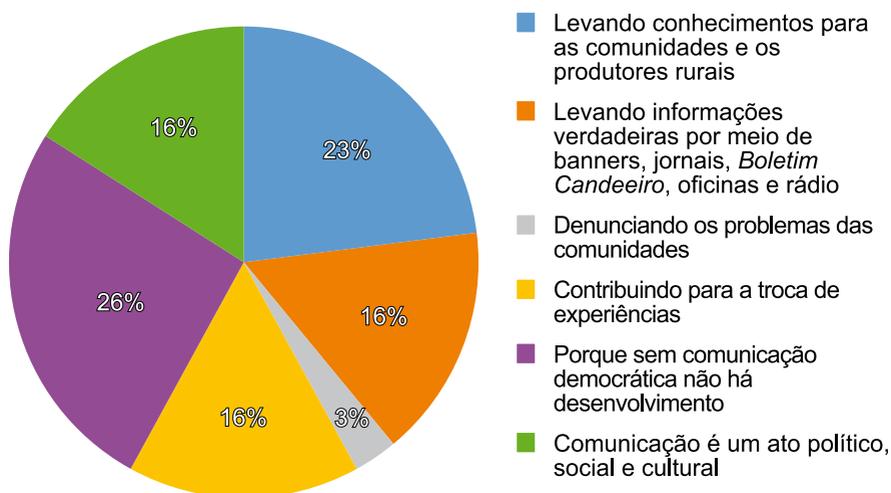


Figura 13. Como a comunicação pode contribuir para o desenvolvimento do município. Território Alto Sertão Sergipano, SE.

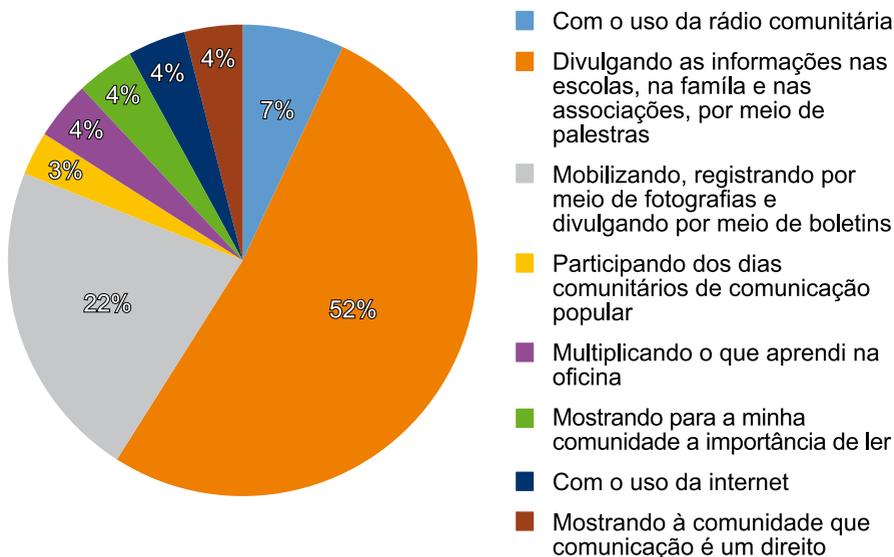


Figura 14. Como contribuir com a minha comunidade desenvolvendo ações de comunicação. Território Agreste Alagoano, AL.

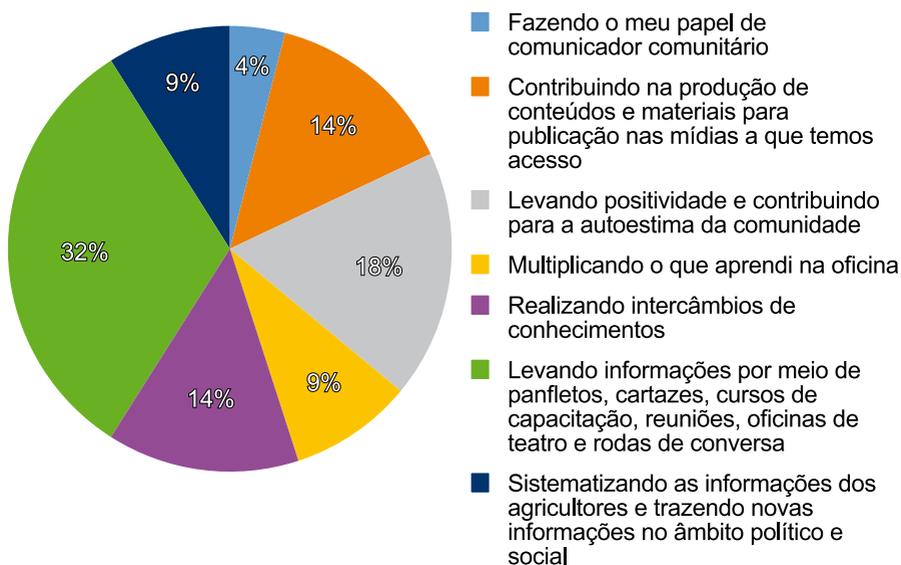


Figura 15. Como contribuir com a minha comunidade desenvolvendo ações de comunicação. Território Alto Sertão Sergipano, SE.

Resultados dos exercícios práticos das oficinas

Os exercícios práticos executados durante as capacitações resultaram na produção de spots para rádio, literatura de cordel, ilustrações, fotografias e versos, que foram avaliados coletivamente, para a indicação de melhorias. A seguir, apresentamos alguns dos resultados produzidos pelos participantes, por ocasião dessas oficinas.

Reproduzimos, abaixo, um exercício realizado na oficina do Território Agreste Alagoano, AL, pelo grupo de trabalho (GT) formado por representantes dos municípios de Delmiro Gouveia, Piranhas e Água Branca. O GT produziu um texto em versos, no qual discorre sobre as várias formas de se comunicar:

A comunicação em nossa região

Acontece de forma popular

Desde a rádio-corredor

Até na internet chegar

Não importa o mecanismo utilizado

O importante é nos comunicar

São diversas as formas

Que utilizamos pra comunicar

Um ramo de catingueira no caminho

Pode alguma coisa explicar

Se o indivíduo já passou

Ou ainda tá por passar

Num apitar de um buso¹⁰ ou berrante

Existem três sentidos. Vou explicar:

Primeiro, pode ser um vaqueiro no mato a aboiar

Segundo, a cozinheira convidando o batalhão pra almoçar

Terceiro, a notícia é triste: tem defunto pra enterrar

¹⁰Buso é um instrumento de corda, como violão ou viola (BUSO, 2016).

As rádios da região às vezes abrem um espaço
Durante um período em sua programação
Muitas das vezes é um político
Só querendo ganhar a eleição
Tápia dizendo que a voz é dos oprimidos
Mas logo sai do ar, pra ele não faz mais sentido
É que o programa ficou caro
E o povo já não faz mais sentido¹¹

Mostramos, a seguir, um exercício feito na oficina do Território Agreste Alagoano, AL, pelo grupo de trabalho (GT) formado por representantes dos municípios de Maravilha, Minador do Negrão e Ouro Branco. O GT manifestou-se na forma de cordel:

Peço licença a todos pra falar do Médio Sertão
Foi de onde gente veio
Para esta movimentação

E agora eu vou falar
E dizer como se dá
Esta comunicação

Temos grupos religiosos
TV, rádios e telefone
Internet e com dinheiro
Portanto, a todo instante,
Temos o mundo nas mãos

E a tal comunicação
Está aqui presente
Tem gente que não percebe

¹¹Texto elaborado pelos participantes Agamenon do Nascimento, Denilson de Almeida, João Pedro de Almeida e Odirlan Cirilo Alencar, para apresentação do trabalho, no qual o grupo buscou responder a duas perguntas orientadoras: Como se dá a comunicação na região em que vivo e na minha comunidade? E como a comunicação que faço retrata o Semiárido? Transcrição feita com base na apresentação oral e escrita dos trabalhos, por equipe responsável pela relatoria do evento.

Que a comunicação
Faz parte de sua vida
Isso quer você queira ou não
Precisamos agarrar
E é melhor se aplicar
Para maior interação¹²

As oficinas de capacitação também tiveram como resultado o estímulo ao uso das redes sociais, como Facebook e grupos de Whatsapp, e a inclusão dos participantes nas redes temáticas de comunicação já existentes, criadas com a finalidade de discutir e divulgar as ações do Plano Brasil Sem Miséria nos territórios onde ocorreram as capacitações. Essas redes temáticas de comunicação têm como objetivo fazer que esses grupos socializem suas experiências e as informações geradas no dia a dia, e deem voz aos agricultores, lembrando que eles gostam de se ver e também de serem vistos.

O acompanhamento da atuação desses grupos nas redes temáticas de comunicação é fundamental para uma análise futura quanto à viabilidade de criação de uma agência de notícias nos territórios.

O segundo módulo da Oficina de Comunicação em Alagoas

De 30 de agosto a 1º de setembro de 2016, foi realizado o segundo módulo da Oficina de Comunicação Comunitária para Convivência com o Semiárido, no Território Agreste Alagoano, no Município de Igaci, AL. Os resultados desse segundo encontro contribuíram para consolidar, na prática, os pressupostos conceituais da comunicação comunitária e para o desenvolvimento, os quais

¹²Texto elaborado pelos participantes Antônio Arvelino Silva, Eline Araújo de Souza, Francisca Eloy da Silva Tenório e Juan Rocha Soares, para apresentação do trabalho, no qual o grupo buscou responder a duas perguntas orientadoras: Como se dá a comunicação na região em que vivo e na minha comunidade? E como a comunicação que faço retrata o Semiárido? Transcrição feita com base na apresentação oral e escrita dos trabalhos, por equipe responsável pela relatoria do evento.

ênfaticamente que é preciso dar voz aos atores locais e promover o protagonismo para que possam construir sua própria comunicação e, como consequência, serem agentes do desenvolvimento em seus territórios.

Percebeu-se que o grupo, ao participar ativamente do processo de construção do segundo módulo da oficina – atuando desde o momento de assumir a responsabilidade pela produção das peças de divulgação (fôlder da programação e banner) até a elaboração do documento final, com a sistematização da experiência vivenciada –, apropriou-se de todo o fazer comunicacional do Território Agreste Alagoano, cabendo à Embrapa participar como membro integrante do grupo, e não mais como animador.

Nesse segundo módulo, a coordenação do evento contou com a participação da Embrapa, da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), da Associação dos Agricultores Alternativos (Aagra) e do Coletivo Macambira – estas duas últimas organizações com sede em Igaci e Palmeira dos Índios, respectivamente.

Coube ao Coletivo Macambira a liderança do processo de construção desse encontro. A referida organização, que conta com um quadro de profissionais de educação e de comunicação, propôs um novo layout para o evento, tendo adotado o slogan “Comunicar quando? Já!”.

Ela organizou um grupo de facilitadores os quais ministraram as oficinas de Rádio Poste, de Contação de Histórias, de Teatro do Oprimido, de Cordel, de Antropologia Visual e de Boletim Informativo. Logo na abertura, a oficina apresentou, como ponto forte do processo de comunicação, o fazer agroecológico. Esse mote foi abordado desde o início dos trabalhos, servindo como fio condutor para os debates e para a elaboração dos produtos de comunicação comunitária.

Também nessa oficina foi abordado, com profundidade, o tema “sistematização de experiências”, que a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) definiu como “a interpretação crítica da realidade, o espaço para a construção de novos saberes, de compartilhamento de experiências e de identificação de lições aprendidas” (FALKEMBACH, 1999 citado por

O QUE É SISTEMATIZAÇÃO, 2000, p. 11). Nas palavras da coordenadora dos processos de comunicação desenvolvidos pela ASA¹³:

Sistematização é construir novos saberes, compartilhando as vivências de cada participante. É contar o que aconteceu, identificar lições, ou seja, que conhecimentos adquirimos a partir dessa prática. É situar o contexto no qual a experiência foi pensada, ou seja, como era antes. Ainda é um desafio, por exemplo, tirar da invisibilidade as formas de inserção socioproductivas e econômicas das mulheres, trazendo para o processo a leitura e a percepção das agricultoras. É também nesse contexto que a sistematização deve estar inserida. (Informação verbal).¹⁴

Quatro perguntas nortearam o debate sobre “sistematização”:

- Para quem sistematizar?
- Por que sistematizar?
- Quem sistematiza?
- O que revelar?

Importante destacar que a abordagem teórica apresentada está referenciada no conceito de “sistematização em educação popular”, de Elza Maria Fonseca Falkembach, que assim destaca:

Além de melhor conhecer a experiência, os indivíduos e grupos que passam por um processo de sistematização não permanecem os mesmos: sem dúvida, tanto suas práticas como seus sistemas de valores passam por mudanças. E este momento de análise e interpretação desempenha um papel significativo no desencadeamento e na orientação dessas mudanças (FALKEMBACH, 1999 citado por O QUE É SISTEMATIZAÇÃO, 2000, p. 11).

¹³Profissional responsável pela coordenação dos processos de comunicação da ASA em todo o Semiárido.

¹⁴Informação obtida durante apresentação verbal de Fernanda Cruz, coordenadora dos processos de comunicação desenvolvidos pela ASA, em agosto de 2016.

A comunicadora popular Daniela Bento finalizou essa seção teórica, que discutiu o tema da sistematização de experiências, com a apresentação de um cordel:

Das coisas que a gente olha
Mas só o coração vê
A lente até registra
Mas nada pode dizer
Se ao mirar o olhar
Não procurar entender
Uma havaiana surrada
Foi meu olhar escolher
Uma sandália feminista
Mesmo sem se saber ser
As marcas de sua dona
Pude logo perceber

Na casa em construção
Um alpendre a acolher
Um fogão improvisando
Pra fazer “o de cumê”
Ali, tudo se revelando
O trilhar desse viver

Da mulher que me acolheu
Com muita coisa a dizer
Fui colher o que não disse
Coisas até sem querer
As trilhas do dia a dia
Da mulher que quero ser

Ela é Aparecida
E me marcou a valer
Suas sementes de gente
Foi em minh'alma bater

Lá da Lagoa da Pedra Quis dentro de mim trazer¹⁵

A partir do painel apresentado e com base nas reflexões dos participantes, os grupos escolheram estratégias distintas de sistematização: produzindo um programa de rádio (Oficina de Rádio-Poste); contando uma história para o público participante da oficina (Oficina de Contação de Histórias); dramatizando (Oficina Teatro do Oprimido); recitando um cordel (Oficina de Cordel); por meio de imagens (Oficina de Antropologia Visual); e escrevendo uma história (Oficina de Boletim Impresso).

Feitas as escolhas, o grupo, dividido em dois, visitou as propriedades de agricultores guardiões de sementes, os quais receberam, do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), cisternas com água para consumo humano e cisternas com água para agricultura. Ouviram as histórias da agricultora Maria Aparecida dos Santos Sila, proveniente da localidade de Lagoa da Pedra (grupo 1), zona rural de Igaci, e de Washington Afonso Bezerra, da Comunidade Colônia Agrícola (grupo 2). Os dois agricultores, além de beneficiários do PBSM, participaram da pesquisa realizada pela Embrapa Tabuleiros Costeiros e pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) sobre o impacto social e econômico do uso dos equipamentos hídricos pelas famílias beneficiadas.

Ao final, fez-se a devolução dos resultados, ou seja, foram apresentados os produtos elaborados, que consistiam em: a) exposição fotográfica com cerca de cem fotografias produzidas pelo grupo de antropologia visual; b) programa de rádio-poste elaborado pelos radialistas participantes; c) cordel em que a agricultora Maria Aparecida é apresentada aos participantes por meio de versos e prosa; e d) “contação” de histórias sobre a vida de Washington Afonso e sua família.

¹⁵Cordel de Daniela Bento Alexandre, apresentado durante a seção teórica sobre o tema sistematização de experiências, na oficina de Comunicação para a Convivência com o Semiárido, módulo II, realizada no período de 30 de agosto a 1º de setembro de 2016, no Município de Igaci, Território Agreste Alagoano, AL.

Em seguida, procedeu-se a um importante debate, mais uma vez liderado pela organização não governamental Macambira, com o apoio dos demais parceiros, o que contribuiu fortemente para que os participantes se sentissem responsáveis pelo fazer comunicacional no território.

Foram criados grupos de trabalho para refletir sobre as seguintes provocações: a) como dar continuidade ao processo de formação continuada e à comunicação em rede?; b) qual o papel de cada parceiro?; e c) qual a expectativa do grupo em relação à Embrapa?

Como um dos principais desdobramentos dessa reflexão, ao final, decidiu-se pela criação de uma página no Facebook – Rede de Comunicadores e Comunicadoras de Alagoas e Sergipe –, com o objetivo de estimular a troca de informações e o intercâmbio de conhecimentos, bem como de dar visibilidade às ações de comunicação popular e de agroecologia desenvolvidas nos referidos territórios.

A seguir, destacamos algumas reflexões que são resultado do último painel da Oficina de Comunicação para a Convivência com o Semiárido, módulo II, realizada em Igaci, feitas pelos parceiros, em resposta às perguntas orientadoras apresentadas nos debates em grupo: Como posso dar continuidade ao processo de formação continuada e à comunicação em rede? Qual será o papel de cada parceiro? Qual é a expectativa dos participantes em relação à Embrapa?

Nós todos seremos responsáveis. Teremos um espaço concreto na mídia social. Vai ser um exercício solidário de comunicação. [...] Teremos um espaço para fazer fluir essa comunicação que denuncia, que articula, que dá visibilidade às experiências de agricultores e agricultoras.

É preciso refletir sobre o que nos liga. Utilizar os espaços de reuniões para fortalecer essas ações de comunicação. A partir do que realizamos aqui nesses 3 dias, promover espaços de formação em comunicação em nossas agendas de trabalho.

Temos alguns desafios que precisam ser levados em conta. Muitos colegas serão demitidos da extensão rural, tendo em vista o cenário econômico e político que está posto. Por isso, é preciso indicar outras pessoas para fazer parte desse grupo e promover reuniões mais frequentes.

[...] que não seja uma ação só da ASA, mas que vá para além disso. Que não sejam colocados como comunicadores somente aqueles contratados; é preciso incluir as rádios comunitárias como fortes parceiras.

E quem não está na rede? E quem não tem acesso ao Whatsapp ou ao Facebook? É necessário que haja também a comunicação em diversos lugares, em reuniões e encontros presenciais.

A gente tem uma história para contar, e isso justifica criar uma rede que atenda Alagoas e Sergipe.

Também é preciso ter espírito solidário no fazer comunicação. O que importa é o empoderamento de todos. Que uma notícia da Paraíba também possa ser postada na nossa página, porque é a troca de experiências, são as boas práticas que nos fortalecem.

Além da criação da página no Facebook, a partir do segundo módulo também foram observados resultados concretos, como a retomada do boletim *Caminho das águas*, editado pelos comunicadores populares da Aagra. O boletim é considerado uma importante forma de comunicação com as comunidades que recebem orientações técnicas da Aagra.

Também se percebeu, pelo registro das falas dos participantes, o início da construção de um processo de empoderamento comunicacional das comunidades, conforme ressaltado nas falas destacadas a seguir, como resultado do painel *Experiências e Vivências a Partir da Primeira Oficina de Comunicação*, realizado no primeiro dia do encontro:

Nós, do Cedecma em Maravilha, temos a Festa da Padroeira e aconteceu que a gente precisava fazer a gravação da ASA Maravilha

para o carro de som que ia anunciar a festa. Eu disse: “Deixa que eu gravo; já me sinto preparada”. Gravei na hora, porque eu me senti segura, recebi informações, e o foco maior da oficina foi a questão da rádio. Falamos sobre vários tipos de programas. [...] A gente sabe que é nosso direito [o] da comunicação, e a gente se sente violada quando não tem acesso a ela. [...] Então, a partir daquela oficina, eu percebi que a nossa comunicação é popular, é democrática, é livre. Em que a gente pode trabalhar com uma linguagem clara e contextualizada. (Informação verbal).

Eu participei do encontro que a Embrapa realizou em 2014, em Aracaju, onde reuniu um conjunto de radialistas dos territórios Agreste Alagoano e Alto Sertão Sergipano. Lá nós aprendemos a fazer e produzir um programa de rádio. [...] E também aprendemos que não existe um conceito para ser comunicador. Não precisa ser expert para ser radialista. E a gente percebeu que não deve copiar um radialista comercial, que temos de fazer o nosso papel de comunitário. E isso contribuiu muito na minha atividade do dia a dia, nas entrevistas que eu faço na rádio e em muitas outras coisas. Inclusive, a valorizar o Prosa Rural. (Informação verbal).

A partir da oficina, eu tentei falar para meus colegas de grupo. Eu, particularmente, senti a necessidade de registrar, sistematizar e comunicar melhor o que a gente faz aqui na Aagra: trabalhar com mobilização social. Senti mais necessidade de me comunicar melhor com o público-alvo dos programas. [...] Através desse processo, a gente pode dar visibilidade ao trabalho dos agricultores nas comunidades. Um conhecimento que precisa ser compartilhado. Nesse sentido, a comunicação é fundamental. (Informação verbal).

Nossa perspectiva é continuar trabalhando em rede e, paralelamente, desenvolver novos projetos. Em 2016, foram realizadas mais duas capacitações nos territórios Agreste Alagoano e Alto Sertão Sergipano, o que totalizou, entre 2015 e 2016, quatro capacitações, envolvendo 163 comunicadores dos dois territórios. Para 2017, já existe um projeto com ações de comunicação em agroecologia, a ser liderado pela Embrapa

Informação Tecnológica, e outro, em elaboração, sobre Sistemas de Produção Animal e Vegetal, liderado pela Embrapa Tabuleiros Costeiros. Com essas oficinas, nossa rede de comunicadores e esses dois novos projetos, estamos conseguindo inserir a comunicação como um fator estruturante, na linha de frente dos projetos, e não mais como um processo menor e só lembrado no final, para referendar os resultados obtidos.

Considerações finais

Para a Embrapa e os parceiros envolvidos nessa experiência, a mobilização dos atores sociais locais cria a possibilidade da formação de uma rede de comunicadores nos territórios, os quais atuem em parceria, na divulgação de informações sobre diversos temas, como o Plano Brasil Sem Miséria, as tecnologias sociais, as boas práticas agrícolas e as práticas agroecológicas, e na maior visibilidade do território em que atuam. Cria condições também para a formação de agentes que venham a trabalhar na perspectiva da comunicação como meio de fortalecer a convivência com o Semiárido.

Para realizar essas capacitações, a Embrapa investiu no protagonismo de organizações não governamentais, dos parceiros locais e das Unidades Descentralizadas, como corresponsáveis pela realização e atuação nos eventos, promovendo, desse modo, inovação nas relações institucionais em alguns dos territórios de atuação. Da mesma forma, o engajamento de estudantes, radialistas, educadores, agricultores e lideranças comunitárias nas ações de comunicação local e nas redes temáticas de comunicadores constituiu uma inovação social, resultante dessa experiência.

É importante destacar que a divulgação dessas experiências, que resultam de ações do Projeto Acar, tem repercutido positivamente no âmbito da própria Embrapa e também em universidades e outras instituições governamentais e não governamentais. A título de exemplo, lembramos o convite, feito pela Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (Contag), para que a equipe coordenadora do projeto realizasse oficinas de educomunicação com os participantes

do 3º *Festival da Juventude Rural*, que ocorreu de 27 a 30 de abril de 2015, em Brasília. E também um convite para a equipe participar do *Foro Regional Latinoamericano: Desarrollo Territorial, Innovación y Comunicación Rural*, em Brasília, nos dias 12 e 13 de novembro de 2015, expondo as experiências do projeto, no contexto do tema “la articulación de la información y comunicación a nivel territorial”, na sessão que tratou de comunicação, mídias comunitárias e TIC para a agricultura familiar: tendências, experiências e lições aprendidas na América Latina.

É permanente a preocupação em fazer com que essa proposta comunicacional seja de fato incorporada ao cotidiano dos agentes capacitados e da população nos territórios. O engajamento desses comunicadores dos territórios também é constante, e poderá ser medido por meio de postagens diárias de áudios, vídeos, fotos, textos e outros materiais por eles produzidos, a respeito de temas relacionados a políticas públicas locais, demandas tecnológicas, ou de fontes de informação da Embrapa e parceiros, para a atualização tanto da página do Facebook quanto dos grupos de Whatsapp, das redes de comunicadores já constituídas. E também pela manifestação de interesse desses comunicadores por novos conteúdos gerados pela Embrapa e parceiros locais. Esses resultados são uma boa mostra de que se está no caminho certo e de que a experiência tende a crescer.

O desafio futuro é implantar um processo de capacitação continuada, com novos módulos em cada localidade, com o objetivo de habilitar seus atores a criar uma rádio web, na qual possam divulgar, fácil e rapidamente, as notícias territoriais. Com isso, o raio de ação do projeto poderá transcender o escopo do PBSM. Propõe-se, ademais, a avaliar conjuntamente a viabilidade de criação de uma agência de notícias territorial.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRUM, E. **A vida que ninguém vê**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2006.

BUSO. In: DICIONÁRIO Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/buso/>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

EMBRAPA. **Embrapa no Plano Brasil Sem Miséria**: relatório 2014. Brasília, DF, 2015.

FAO. **Communication for rural development**: sourcebook. Rome, 2014.

HEBERLÊ, A. O papel das relações públicas na comunicação para o desenvolvimento. In: GONÇALVES, G.; FELIPPI, Â. (Org.) **Comunicação, desenvolvimento e sustentabilidade**. Covilhã: Livros LabCom, 2014. p. 9-20. (Coleção Relações Públicas e Comunicação Organizacional, v. 2).

O QUE É SISTEMATIZAÇÃO?: uma pergunta: diversas respostas. São Paulo: Central Únicas dos Trabalhadores, 2000. Disponível em: <<http://www.cepalforja.org/sistem/bvirtual/wp-content/uploads/2013/11/o-que-e-sistematizacao-uma-pergunta-diversas-respostas.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2016.

ORGANIZAÇÃO BARREIRA AMIGOS SOLIDÁRIOS. **Edital de seleção**: comunicador popular. Barreira, CE, 2014. Disponível em: <http://www.obas.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=141:edital-de-selecao-comunicador-popular&catid=39:noticias&Itemid=121>. Acesso em: 25 jun. 2016.

PAIVA, R. Para reinterpretar a comunicação comunitária. In: PAIVA, R. (Org.). **O retorno da comunidade**: os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 133-148.

PERUZZO, C M. K. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, ano II, n. 3, p. 18-41, jul./dic. 2005.

PERUZZO, C. M. K. Rádio comunitária, educomunicação e desenvolvimento local. In: PAIVA, R. (Org.). **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 69-94.

REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ. Programa Nacional de Formação. **Relatório [da] 2ª Ciranda de Educação Popular da RECID**. Luziânia, 2010. Disponível em: <http://recid.redelivre.ethymos.com.br/files/2011/05/relatorio_2ciranda.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2017.

TENÓRIO, F. G. (Org.). **Responsabilidade social empresarial: teoria e prática**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

TORO, J. B.; WERNECK, N. M. D. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação**. [Brasília, DF]: Unicef Brasil, 1996.

ZAPATA, T.; OSÓRIO, C. H.; ARNS, P. C.; PARENTE, S.; JORDAN, A. **Gestão participativa para o desenvolvimento local**. Recife: BNDES, 2000.

Impressão e acabamento
Embrapa Informação Tecnológica

O papel utilizado nesta publicação foi produzido conforme a certificação do Bureau Veritas Quality International (BVQI) de Manejo Florestal.

Embrapa

Informação Tecnológica

MINISTÉRIO DA
**AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO**



CGPE 13789